



# A EXPRESSÃO DO JOVEM NA CONTEMPORANEIDADE: UMA ANÁLISE SOBRE CULTURA E CRIMINALIDADE<sup>1</sup>

Natana Ester Silva Coelho<sup>2</sup>  
Paula Ângela de Figueiredo e Paula<sup>3</sup>

**RESUMO:** Este trabalho se propõe a lançar luz sobre aspectos sociais da realidade de uma parcela da juventude, com o objetivo de compreender a relação da juventude com a criminalidade. Para isso investigamos sobre a atuação do Estado no que se refere a Política de Prevenção à Criminalidade, para analisar a prestação de serviços à juventude marginalizada, bem como conhecer os impasses da atuação do profissional de psicologia neste cenário. Para isto, utilizou-se de uma revisão de bibliografia sobre a constituição da subjetividade contemporânea partir das análises sócio-históricas para entender nossa cultura de consumo e como os jovens envolvidos com a criminalidade encontram modos singulares de expressão. Nesse ponto utilizamos da contribuição da psicanálise como meio de entender o ato infracional como o pedido de ajuda e como possibilidade de ressignificação do sujeito. Pudemos concluir que o envolvimento de jovens com a criminalidade muito se dá em função dos recursos simbólicos oferecidos pela difusão da cultura de violência em regiões periféricas comparada às dos centros urbanos. A atuação de Programas de Prevenção nos contextos em que a violência se apresenta mais incidente pode ser uma aposta de que, aos jovens vítimas desse ciclo da violência, novas possibilidades e recursos simbólicos, como o envolvimento com arte, lazer, cultura e esporte, abre a possibilidade da construção de novas identidades. Nesses casos cabe aos profissionais da psicologia encontrar um ponto de interseção entre os limites estabelecidos pelo direito e as possibilidades de atuação prática, atuando em conjunto com redes de apoio, equipes interdisciplinares e com as comunidades inseridas nesses Programas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Juventude; Cultura; Criminalidade; Psicologia.

**ABSTRACT:** This work aims to investigate social aspects of reality in a part of the youth in order to understand the relationship with youth crime. Besides that, it aims to investigate this on the state's role in relation to crime prevention policy, to examine the provision of services to marginalized youth and know the professional practice of psychology impasses in this scenario. For this, a literature review was used on the constitution of contemporary subjectivity from the socio-historical analysis, to understand our consumer culture and how young people involved in crime as the unique form of expression. At this point we use the contribution of psychoanalysis as a means of understanding the offense as the aid application and the possibility of reformulating it. It was concluded that the involvement of youth in crime is also a function of the symbolic features offered by the spread of the culture of violence in remote areas compared to urban centers. The role of prevention programs in the contexts in which violence appears more incident may be a bet that give young people (victims of this cycle of violence), new possibilities and symbolic resources, such as involvement with art, leisure, culture and sport. It opens the possibility of building new identities. In such cases it is for psychology professionals find a point of intersection between the limits established by law and the practical application possibilities, acting together with the support networks, interdisciplinary teams and communities within these programs.

**KEYWORDS:** Youth; Culture; Crime; Psychology.

## 1 INTRODUÇÃO

Em matéria de expressão individual diante do mundo, a juventude emerge como parte da sociedade comumente vinculada a temas que transitam entre a afirmação da identidade e a

<sup>1</sup> O artigo é fruto da monografia apresentada em junho/2016 como requisito parcial para obtenção do título de Graduação em Psicologia da PUC MG em Betim.

<sup>2</sup> Graduanda em Psicologia pela PUC Minas Betim. [naat.esc@gmail.com](mailto:naat.esc@gmail.com)

<sup>3</sup> Professora da Faculdade de Psicologia da PUC Minas. Mestra em Treinamento Esportivo pela Escola de Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais e doutora em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo no núcleo de pesquisa: Psicanálise e Sociedade. [pauladepaula@uol.com.br](mailto:pauladepaula@uol.com.br)



atuação do jovem no mundo. A identidade juvenil se apresenta como marco da cultura contemporânea, oferecendo produtos culturais através de seu modo de vida, ações, expressões.

Partindo deste ponto, o presente trabalho tem a intenção de compreender como se dá a expressão da identidade de jovens da periferia (em sua grande maioria negros) em uma sociedade marcada por aspectos culturais específicos da pós-modernidade como a radicalização do individualismo e o consumo como medida de cidadania.

Levanta-se a reflexão acerca do envolvimento da juventude com a criminalidade e atos de violência, compreendendo suas ações enquanto maneiras de expressão e manifestações do ser que não encontra recursos simbólicos para se expressar de outra maneira. Toma-se por análise também o contexto social/cultural que influencia e afeta tais manifestações subjetivas. Deste modo, é possível pensar que as grandes culturas de massa atuais (propagadas pelos veículos midiáticos da televisão e internet) marcam de alguma maneira, a atuação da juventude no mundo, seja positiva ou negativamente.

Realizamos um recorte priorizando a análise em relação a juventude negra periférica, pois, como mostra o Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2015), no ano de 2012 morreram 142% mais negros que brancos, ou seja: duas vezes e meia a mais. De acordo com o autor, pesquisas e estudos de CENSOS e de diversos teóricos apontam para a vulnerabilidade social desse grupo, que os leva ao encontro com a criminalidade.

Em função disso, faz-se imprescindível a discussão acerca do tema, uma vez que o conhecimento da realidade do jovem envolvido com a criminalidade não se reduz simplesmente a escolhas ou caráter do sujeito em questão. Estamos nos propondo a analisar os fatores e variáveis envolvidos nesse fenômeno, como a influência das culturas de massa ou falta de acesso à informação, artes, lazer, e outros fatores. Ademais, a pesquisa se propõe a discorrer sobre cultura como possibilidade de sublimação destes jovens envolvidos, já que o acesso a diversas formas de manifestações culturais pode se apresentar como maneiras de expressão e afirmação das subjetividades.

A segunda seção contém uma contextualização do cenário da pós-modernidade, enfatizando aspectos como a cultura do consumo e do culto ao individualismo; a terceira seção trata da questão da expressão da juventude brasileira, fazendo um recorte da juventude negra periférica no contexto contemporâneo (ressalta-se aqui as possíveis motivações do envolvimento destes jovens periféricos com a criminalidade/violência); a quarta seção apresenta uma política de Estado voltada para essa juventude negra da periferia, com a proposta de lançar luz aos desafios e possibilidades da atuação do (a) profissional de psicologia em contextos de prevenção à criminalidade, e a intenção de compreender o que existe atualmente em termos de Polí-

ticas Públicas para dar tratamento ao fenômeno do envolvimento desta parcela da juventude com a criminalidade.

## 2 O SUJEITO NA CONTEMPORANEIDADE

Com a preocupação em discorrer sobre a inscrição da juventude na contemporaneidade, assim como suas maneiras de expressão, faz-se imprescindível dissertar sobre o contexto social que condiciona a constituição da subjetividade. Temos interesse em tratar o jovem como sujeito de sua história, e para tal, tomaremos como base o texto de Flecha (2011) que vai abordar o conceito de sujeito na filosofia e na teoria psicanalítica.

De acordo com Flecha (2011), o sujeito é aquele que se constitui na ordem do social, nas relações com o mundo e com o Outro. Os seres humanos nascem no cerne de uma determinada cultura, que, em contrapartida, oferecerá os recursos simbólicos e materiais para a constituição da subjetividade de acordo com a origem familiar e o lugar social de classe na sociedade. Finalmente, o sujeito é um ser singular, sócio-histórico, “que interpreta o mundo e dá-lhe sentido” (CHARLOT apud DAYRELL, 2003, p. 42-43). A concepção de sujeito fundamentada pela psicanálise o concebe como ser de desejo, ser pulsional, de linguagem, e portanto, ser simbólico (FLECHA, 2010).

Flecha (2011) nos lembra de que o início do período da modernidade alavancou grandes transformações que prepararam o solo para a germinação do período caracterizado como “pós-modernidade”. A reforma protestante, as grandes navegações e o surgimento do Estado burguês torna o ambiente propício para o desenvolvimento de um ser humano focado na individualidade, no culto à liberdade, na independência, uma vez que a nova ordem econômica exigia sujeitos livres judicialmente para adequarem-se ao novo perfil de sujeito emergente: os sujeitos produtivos (FLECHA, 2011).

Por volta do século XVIII inaugura-se então o sujeito moderno, aparentemente livre, independente, produtivo. Este sujeito equivalente representava a força de trabalho do ápice do surgimento do capitalismo. Contudo, ainda que se visse livre de antigas formas de dominação, o sujeito moderno ainda encontrava-se enlaçado a determinadas maneiras de submissão, pois na mesma medida em que emerge o sujeito moderno e “livre”, desenvolve-se também um Estado regulamentador, que irá delimitar as linhas imaginárias que restringem o limiar da liberdade (COSTA; MOREIRA, 2010).

De acordo com Costa e Moreira (2010) o Estado visto como regulamentador do exercício da lei pode ser vislumbrado simbolicamente como a figura paterna, apontado por Freud

em sua obra como aquela que instaura o momento de castração simbólica. Em outras palavras, inicia-se o processo de repressão civilizatório, necessário à convivência social. A repressão civilizatória estabelece limites para os impulsos agressivos do homem (FREUD apud COSTA; MOREIRA, 2010). Freud aponta que o sujeito moderno que foi teorizado como independente, produtivo e dono de sua razão pela via da vontade, que precisa ser submetido a uma legislação que reprime seus instintos mais básicos e o Estado pode ocupar esse papel, quando se espera que o indivíduo se civilize (FREUD apud COSTA; MOREIRA, 2010)

Se um dia tivemos um sujeito moderno cercado por normas e imposições morais, o sujeito pós-moderno caracteriza-se quase que pelo oposto do primeiro, tamanho nível de “liberdade” atingido e autorizado. Essa é a característica da passagem da modernidade para a pós-modernidade (COSTA; MOREIRA, 2010).

Com o avanço da globalização e das tecnologias industriais, e após as duas guerras, que afastaram os homens da linha de produção, o sujeito moderno desloca-se da posição de produtor para a de uma nova identidade característica dos tempos atuais, que é a o sujeito consumidor. “A partir da expansão dos meios de comunicação, [a globalização] suprimiu antigas fronteiras; horizontalizou o mundo sob seus objetivos, unificando-o numa aldeia global de consumo” (COSTA; MOREIRA, 2010, p. 229).

A sociedade pós-moderna se fundamenta nos ideais máximos de liberdade e individualidade. São vastas as possibilidades de escolha, seja de meios de comunicação, de meios de locomoção, ou de bens de consumo. Tudo é excedente, tudo acontece no aqui e no agora, tudo é instantâneo e tudo deve ser norteado pela lógica do utilitarismo (COSTA; MOREIRA, 2010) nos tempos de ausência de fronteiras e neoliberalismo. Não é difícil visualizar a necessidade do sujeito moderno de romper com os paradigmas e imposições sociais vigentes em sua época para se adequar à transição célere da era moderna para a pós-modernidade.

Como resultado de todo esse processo de transição, o sujeito pós-moderno encontra-se imerso em um mundo carente de referenciais simbólicos, pois vive em uma sociedade de extrema valorização da autonomia e individualidade, buscando, desta forma, em si próprio o referencial simbólico, negando a confrontação com a dimensão humana de incompletude, de castração (limitação, interdição) (CALDEIRA apud FLECHA, 2010).

Vislumbramos agora, como bem descreve Costa e Moreira (2010, p. 226), um “sujeito que conseguiu livrar-se de um aprisionamento social, mas ainda não sabe significar sua liberdade”. O fluxo pulsional que regula o sujeito encontra-se aparentemente livre para realizar-se da maneira como bem entender, considerando o rompimento dos referenciais simbólicos.

A ação humana na era da pós-modernidade é caracterizada pela aparente ausência de controle, pela plena liberdade e pelo acesso a uma alta diversidade de objetos e mercadorias disponibilizados ao bel prazer da sociedade consumista. A busca pela satisfação acontece no ambiente externo, estando incluído neste leque de variedades, a presença do outro, como objeto “plausível” de realização libidinal (COSTA; MOREIRA, 2010).

Mas, neste ponto, cabe-se perguntar: a que se destina o investimento libidinal dos seres humanos? Se concebemos o ser humano como ser simbólico, conseqüentemente seus investimentos libidinais também se endereçam a objetos simbólicos. Todavia, a conjuntura social arquitetada na prática configurou a expressão da ação humana numa perspectiva de consumo, de propriedade, portanto, material.

A interdição do simbólico conduz o ser humano à busca incessante pelo mundo real, e tudo aquilo que este puder lhe oferecer. De acordo com Costa e Moreira (2010, p. 232), “a sociedade de consumo aprisiona o sujeito no presente da satisfação, fazendo-o acreditar que o que se convertia em fantasia pela imposição do Simbólico pode materializar-se no infinito Real”. Desta maneira, visualizamos sujeitos atrelados a novas maneiras de alienação, nas quais a busca perene pela satisfação evidencia-se ilusória, diante do fato de que a pulsão só se realiza no campo do simbólico.

Da mesma maneira em que a modernidade conduz à um mal-estar em função do excesso de controle, assim também o acontece na pós-modernidade, com seu “excesso de liberdade”, que também se apresenta como nocivo ao pacto social (COSTA; MOREIRA, 2010).

A lógica perversa do consumismo se sustenta em um ciclo vicioso. Faz com que as pessoas vagueem, perdidas e sozinhas, em busca de ideais e referenciais de identificação, outrora aniquilados em prol da supremacia do ser individual. Como é de se deduzir, tal busca não encontrará o seu destino, contentando-se então no apego a objetos parciais e concretos, adquiridos pela via do consumo. Tais objetos foram oferecidos e apresentados sob a promessa da satisfação e realização plena do ser, por meio dos veículos midiáticos, e a cada segundo, novos objetos do mesmo cunho são lançados para o usufruto do ser humano. Este, em contrapartida, já se encontra esvaziado de sentido, se abraça àquilo que lhe é oferecido, e diante da falta inicial não suprimida (a dimensão da falta e da incompletude move o ser humano), permanece sempre a vagar em busca de novos objetos, não suficientes para a satisfação de sua libido, que nunca fora verdadeiramente saciada, já que sua satisfação só se dá no âmbito do simbólico (HOMEM, 2003).

Eis o grande problema da pós-modernidade: a construção de sujeitos vazios de sentido, cheios em posses. A busca por objetos é tão constante que os seres sequer se deparam verda-

deiramente com sua condição da falta, necessária para a formulação do desejo. Segundo Homem (2003, p. 4), este é “o aspecto mais árduo da descartabilidade, uma vez que obriga o sujeito a acorrentar-se a inúmeros objetos, acabando por não poder exercer seu desejo que, paralisado e perdido, coloca-o no lugar de não-ser”.

A consequência deste cenário, como aponta Homem (2003), é o desaparecimento do sujeito. A angústia vivenciada pelo sujeito pós-moderno, esvaziado de si próprio, é resultado da anulação da palavra, única capaz de significar a complexidade da existência humana. (COSTA; MOREIRA, 2010). O culto à supremacia individual molda seres autômatos, alienados, destituídos de si próprios, consumidores vorazes e incapazes de lançarem olhar ao Outro, que também foi deposto de seu papel fundamental na constituição dos sujeitos sociais (HOMEM, 2003).

A pós-modernidade encontra terreno propício para a manifestação do gozo mortífero, descrito por Freud (FREUD apud COSTA; MOREIRA, 2010), que aceitava a violência como fenômeno inerente aos seres humanos:

dispensado o apoio superegoico – que assegurava a máscara cultural da disputa entre nações e da defesa da honra, por exemplo –, o gozo mortífero mostra-se sem disfarces no caos da violência urbana, da drogadicção, da onipresença terrorista ou da agressividade cambiada nas relações sociais, que caracteriza o fim da distância que separava eu e outro. (COSTA; MOREIRA, 2010, p. 232-233).

Da transição da modernidade para a pós-modernidade aspectos da dimensão do ser foram deixados para trás, juntamente com o papel centralizador do simbólico na vida dos seres humanos. Como possível solução para o engodo social estabelecido, com o intuito de busca pelo equilíbrio, Moreira e Costa propõem a tentativa de harmonização das instâncias simbólica e real. “Ou seja, assim como a cultura não pode impor-se ao sujeito de modo a sufocá-lo, as pulsões narcísicas não podem circular tão desimpedidas ao ponto de colocarem em risco o pacto social” (MOREIRA; COSTA, 2010, p. 233).

De acordo com Freud, citado por Birman (2005), é possível a superação (sempre momentânea) da angústia e do sentimento de falta vivenciada pelos sujeitos, pela via da sublimação. “Na mediação [da sublimação] existiria uma transformação do registro do sexual naquele do não-sexual, pela transformação do alvo da pulsão sexual” (FREUD apud BIRMAN, 2005, p. 209).

A sublimação remete à ideia de “autogestão”, que deve ser realizada durante todo o percurso da vida humana, considerando que a vida deve ser reproduzida incessantemente, à frente da concepção dinâmica e libidinal da estrutura psíquica dos seres humanos (BIRMAN,

2005). Cabe ressaltar também a extrema necessidade do resgate à importância atribuída ao Outro, a quem se torna impossível o processo de inserção dos sujeitos em uma vida harmônica em sociedade. Sem a ordenação de nosso conteúdo libidinal, que acontece por intermédio do Outro, estaríamos fadados a uma descarga pulsional “não filtrada” que se voltaria a este mesmo Outro, caracterizando então na satisfação plena da pulsão de morte, ou do gozo mortífero, descrito por Freud (BIRMAN, 2005).

No próximo capítulo analisaremos a juventude a partir da perspectiva contemporânea da lógica do consumismo.

### 3 O JOVEM NA CONTEMPORANEIDADE

Tudo igual, só que de maneira diferente  
A trapaça mudou de cara, segue impunemente  
As senzalas são as antessalas das delegacias  
Corredores lotados por seus filhos e filhas [...]  
A carne mais barata do mercado é a negra,  
A carne mais marcada pelo Estado é a negra  
(GOG, 2000).

Nessa seção nos cabe contextualizar: o que significa ser jovem na sociedade pós-moderna? A proposta do trabalho é a concepção de juventude em uma perspectiva de diversidade (DAYRELL, 2003), que implica “considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas sim como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social” (DAYRELL, 2003, p. 42). Essa abordagem leva a compreensão da juventude como parte de um processo amplo que se refere à vida em sociedade. A juventude apresenta suas especificidades, mas irá se manifestar de diferentes formas, dada sua condição social, cultural, econômica, geográfica, e quaisquer outros fatores que interfiram na vida de um sujeito social (PERALVA apud DAYRELL, 2003).

Portanto, pensamos a juventude considerando a singularidade de cada jovem, que apesar de determinada pela realidade material de sua vida em sociedade, são sujeitos de sua história. Como vimos em Flecha (2011), este sujeito também é de desejo, e isso implica em ser inconsciente e alienado às coordenadas simbólicas de sua época. Desta forma, nos cabe pensar o sujeito jovem no mundo pós-moderno e de que maneira suas ações estão socialmente inscritas.

Nesse ponto não poderíamos prosseguir sem abordarmos a cultura, pois tal como Oliveira, Silva e Rodrigues (2006, p.62) a definem, cultura é “um processo socialmente interativo de construção, compreendendo atividades (práticas culturais) e significados (interpretações) partilhados”. A cultura diz respeito a toda e qualquer tipo de prática humana que carregue consigo o simbolismo, o significado. Uma produção de sentido, que permite aos grupos sociais construir suas identidades, conforme vão significando sua ação no mundo (OLIVEIRA; SILVA; RODRIGUES, 2006).

Assim, o jovem atua no mundo fazendo cultura, na mesma medida em que é por ela afetado, já que constrói sua identidade com os recursos simbólicos que lhe são oferecidos (CHARLOT apud DAYRELL, 2003; OLIVEIRA; SILVA; RODRIGUES, 2006).

De acordo com uma pesquisa da UNESCO (2004) existem condições na sociedade que expõem os jovens aos signos da violência (DIÓGENES, 2011). Nesta pesquisa Koury (2004) aponta três características contemporâneas que determinam a identidade de uma geração de jovens no Brasil, são elas: o medo, a exposição à violência e a participação ativa em atos violentos.

Seguindo o curso do culto ao individualismo, “cada vez mais os espaços são privatizados, segmentados, monitorados e destinados a usos específicos e de acessos públicos bem delimitados” (DIÓGENES, 2011, p. 219). Koury (2004) afirma que neste contexto de privatizações e delimitações dos espaços, vai se constituindo a “indústria do medo do outro”, sustentada por investimentos em medidas segurança.

Analisando historicamente, Diógenes (2011) afirma que esse “medo do outro” é um processo iniciado com o rompimento das fronteiras que separavam as áreas centrais da cidade e as áreas periféricas. No momento em que as pessoas residentes de zonas periféricas passam a se deslocar de suas moradias em busca de empregos, acesso a direitos e recursos estruturais básicos (escassos em seus locais de convívio), torna-se crescente o número de pessoas que transitam pelo lado rico da cidade. Além da busca de emprego, também há a busca por moradia, ou mesmo de local para pedir esmolas. Neste ponto, segundo a autora, o medo do outro passa se configurar, alinhado a uma lógica individualista, em que os investimentos em medidas de segurança são vistos como a solução para o afastamento deste outro indesejado.

O outro, ou melhor, *os outros*, por sua vez, correspondem aos “habitantes mais pobres da cidade [que] são evitados e objetificados através da ótica perversa, construída pela cultura do medo, como ‘marginais’, e delinquentes” (KOURY, 2004, p. 5). Desta maneira, cabe dizer que o medo do outro é retroalimentado; na medida em que se investem em segurança para

proteger-se contra esse outro, invisibilizado e excluído, que passa a assumir o papel de ameaça, causando paranoia coletiva.

Segundo Koury (2004), emerge nos meios sociais uma cultura do medo, que leva as pessoas a se isolarem umas das outras, extinguindo a confiança entre os indivíduos. O distanciamento entre as classes, que iniciara seus contornos com a difusão da cultura do medo, ganha agora traços bem delimitados com este fenômeno de isolamento de um público que é marginalizado e estigmatizado como miserável.

### 3.1 O jovem negro da periferia e a violência

Koury (2004) afirma que, em termos estatísticos, a juventude de classe média baixa (e as vezes alta) tem sido apontada, cada vez mais, como autores de crimes violentos.

A contextualização da situação demonstra-se imprescindível para a investigação da relação já estabelecida entre juventude e violência, ou juventude e criminalidade. Se a violência está na cultura, então ela é meio plausível de expressão do sujeito individual.

De acordo Waiselfisz (2015, p. 21) em dados apresentados no Mapa da Violência, “entre os jovens de 15 a 29 anos, o crescimento [de mortes causadas por armas de fogo] [...] passou de 4.415 vítimas em 1980, para 24.882 em 2012”. Comparando os dados com a população total, que apresentou um crescimento do número de vítimas em 387%, entre os jovens esse crescimento foi de 463,6%. A taxa de homicídios da população geral cresceu em 556,6%, e entre a juventude o aumento foi de 655,5% (WAISELFISZ, 2015).

No que tange a aspectos raciais, o Mapa também aponta dados alarmantes, como já levantado anteriormente: “no ano de 2012 as AF [armas de fogo] vitimaram 10.632 brancos e 28.946 negros – [...] 11,8 óbitos para cada 100 mil brancos e 28,5 para cada 100 mil negros. [...] A vitimização negra foi de 142%, nesse ano; morreram [...] 142% mais negros que brancos: duas vezes e meia mais” (WAISELFISZ, 2015, p. 80). Em proporções percentuais, pode-se dizer que “as taxas de homicídios de negros aumentam de 24,9 para 28,5: as taxas brancas caem 18,7% e as negras aumentam 14,1%; com esse ritmo marcadamente diferencial, a vitimização negra do país, que em 2003 era de 72,5%, em poucos anos duplica: em 2012 já é de 142%” (WAISELFISZ, 2015, p. 80).

Os números apontados evidenciam uma relação estabelecida entre um grupo específico da juventude brasileira com a violência, considerando que os jovens negros se encontram mais expostos ao risco de morte. Como visto anteriormente, o contexto cultural contemporâneo de referência para a expressão da identidade do jovem que serve para sua inscrição no

mundo está escasso de valores coletivos simbólicos, e prega o individualismo (COSTA; MOREIRA, 2010; HOMEM, 2003). Koury afirma que a escassez desses valores identificatórios acarretam na ampliação do sentimento de “solidão dos sujeitos, amplificando o imaginário social do outro como concorrente, como inimigo ou estranho” (KOURY, 2010, p. 7).

A violência então pode ser observada como meio possível de expressão de algo que é subjetivo, mas que também perpassa pelas relações e influências do meio cultural:

A violência e os atos violentos ocupam o espaço deixado pela fragmentação dos valores sociais mais pessoalizados em uma sociedade de mudanças profundas nas esferas comportamentais encaminhando para um individualismo “selvagem” como modo de vida. (KOURY, 2010, p. 7).

A juventude periférica (periférico aqui é tomado como tudo aquilo que se encontre à margem do centro, isto é, periférico ao central) apresenta-se aqui como pertencente ao grupo composto pelo Outro, que é temido (DIÓGENES, 2011) e marginalizado (KOURY, 2004).

Parafraseando Dofur, Oliveira e Rosa (2010, p. 117) afirmam que "o ser humano é uma substância que não recebe a própria existência de si, mas de um Outro". Ora, se o jovem periférico é temido e evitado, a segregação da juventude periférica implica em um processo exclusivo, ou seja, de não reconhecimento do sujeito social:

inferiorizados e vulnerabilizados diante das forças sociais, os “perdedores” perdem seu status de sujeitos e seu alojamento social é legitimado, pois são responsabilizados individual e socialmente por seu fracasso. [...] Destituído dos mesmos atributos de humanidade que nos identifica, o Outro deixa de ser reconhecido como semelhante, inspirando desconfianças e temores. (OLIVEIRA; ROSA, 2010, p. 117).

Neste aspecto, vão se delineando as linhas identificatórias que estabelecem a relação entre juventude e violência. Diante de todo contexto apresentado, Koury (2004) afirma que na medida em que jovens de regiões periféricas vão sendo marginalizados e excluídos, e em concomitância com a ausência de políticas direcionadas para ações inclusivas em relação a estes jovens, as atitudes agressivas por parte deles e contra eles crescem significativamente. Diógenes aponta que é a juventude “pobre” da periferia, protagonista dos atos de recusa e violência, e afirma que tais práticas “explicitam a não aceitação de “um outro”, de certas regras sociais, da violação direta à ideia de Lei. Nesse sentido, a violência seria, por princípio, o campo de negação das diferenças” (DIÓGENES, 2011, p. 214-215).

Zaluar e Oliveira (2009) afirmam que nas zonas pobres e que estão à margem da cidade o policiamento é mais escasso e os crimes cometidos não são investigados como quando comparados com os casos de homicídios em bairros mais ricos, que também dispõem de poli-

ciamento mais intenso. Os autores acrescentam que “a rede de proteção institucional do sistema de justiça tem enormes falhas nas áreas pobres” (ZALUAR; OLIVEIRA, 2009, p. 66).

Diante de uma realidade que lhes apresenta como hostil e exclusiva, da falta de aparatos estruturais fornecidos por parte do Estado, acrescidos do não reconhecimento oferecido pelo Outro, e da necessidade de realização de investimentos libidinais na ordem do simbólico, o jovem da periferia pode encontrar então, pela via da violência, uma maneira de aparecer perante a sociedade, já que outras maneiras de inserção lhe foram negadas. “Se ele (o jovem) consegue algo que traga benefício, na esfera legal da jurisdição, sentir-se-á integrado, caso contrário, a resposta à negação será a violência” (OLIVEIRA; ROSA, 2010, p. 118).

Os aparatos simbólicos disponíveis e absorvidos por jovens que experimentam uma realidade que apresenta vulnerabilidades sociais concretas serão, portanto, coerentes com aquilo que o meio oferece. Neves reforça:

o crime organizado em torno do tráfico de drogas disponibiliza para aqueles que se envolvem nas suas tramas um conjunto amplo de recursos materiais e simbólicos, a posse e a circulação do dinheiro associados ao poder a distinção e a valorização em um sistema social marcado pela invisibilidade pública de certos atores. (NEVES, 2009, p. 189).

É neste contexto que, segundo Zaluar e Oliveira (2009) se desenvolve a hipermasculinidade, referindo-se a condutas e ações masculinas marcadas pelo consumo ostensivo e uso da violência como atos de autoafirmação. Se os jovens são socializados em grande parte nas ruas onde frequentam e transitam, absorvem em maior ou menor grau as ideias e práticas de violência disseminadas para além da rede do tráfico ali instaurada.

“Crianças e adolescentes crescem vendo a exibição ostentatória das armas como símbolos de poder e o seu uso cruel para punir ou vingar quem se atravessa o caminho dos traficantes armados e dos policiais corruptos” (ZALUAR; OLIVEIRA, 2009, p.72).

Em muitos casos, a prática da violência pelos jovens [...] abre caminho para que eles também possam participar do espetáculo montado pela mídia e serem notados pela sociedade. Nesse contexto, a violência, segundo o autor, seria fruto não do arcaísmo, mas de uma hipermodernidade na qual todos almejam a fama, mesmo que ela dure alguns segundos (COSTA apud DIÓGENES, 2011, p. 219).

A autora acrescenta que “o jogo social empreendido através da movimentação de turmas juvenis, em movimentos inusitados pela cidade, provoca tensões e retroalimenta o medo” (DIÓGENES, 2011, p. 218). Portanto, a cultura do medo alimenta-se de violência, que, como já apontado anteriormente, se retroalimenta de medo, e assim sucessivamente. O problema

que emerge da configuração desse ciclo vicioso é o fato de que a violência, produzida e sustentada por diversos atores sociais, atinge especialmente a juventude negra e periférica (WAISELFISZ, 2015).

Desta maneira, a compreensão do envolvimento da juventude com a violência levanta a necessidade de um olhar amplo e despido para a ação do jovem periférico no mundo, bem como para as maneiras como estes têm encontrado para a realização de sua inserção social.

Os jovens têm emitido sinais, tem recorrido a formas drásticas para se fazer ver e ouvir. O amor e seus códigos tornam-se um campo possível e acessível de entendimento, ou será mais cômodo continuarmos erguendo muros, multiplicando cercas elétricas, ampliando o contingente policial, armas, viadutos e nossos opacos espelhos? (DIÓGENES, 2011, p. 226).

Para além da provocação proposta pela autora, é importante pensar em termos de sociedade e de sua responsabilização, considerando que a expressão da identidade jovem pela via da violência apresenta-se como um problema social. É assim porque a violência está intrinsecamente relacionada ao índice elevado de jovens mortos, componentes de um grupo específico de nosso quadro social.

Tal como demonstra a psicanálise, a realização do sujeito também pode se inscrever pela via da sublimação. Em um estudo recente de Martins e Telarolli, citados por Koury (2004) interessados nas razões e motivações da permanência ou saída de jovens em relação à criminalidade afirmaram que

na medida em que os jovens envolvidos ou potencialmente sujeitos a ações de risco vão tendo oportunidades de repensar e, concomitantemente, de ingressar em outros espaços culturais de sociabilidade, o sentimento de pertencer a uma rede de violência, ou a grupos e gangues onde a violência seja a regra, tende a perder a importância. (MARTINS; TELAROLLI apud KOURY, 2004, p. 9).

Assim, há a aposta de que “com uma política social adequada é possível modificar a tendência imaginária e real da quase destinação dos jovens brasileiros à violência” (MARTINS; TELAROLLI apud KOURY, 2004, p.9). No próximo capítulo discorreremos sobre uma política de Estado que foi pensada para dar a juventude da periferia envolvida com a criminalidade condições de se expressar de outras maneiras, pela inserção em atividades culturais.

#### 4 A POLÍTICA DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE E OS IMPASSES DA ATUAÇÃO DE PSICÓLOGAS (OS)

Até que viesse uma justiça um pouco mais doida. [...] Uma justiça prévia que se lembrasse de que nossa grande luta é a do medo, e que um homem que mata muito é porque teve muito medo. Sobretudo uma justiça que se olhasse a si própria, e que visse que nós todos, lama viva, somos escuros, e por isso nem mesmo a maldade de um homem pode ser entregue à maldade de outro homem: para que este não possa cometer livre e aprovadamente um crime de fuzilamento.  
(O mineirinho – Clarisse Lispector).

No município de Minas Gerais, em decorrência de um aumento instantâneo e alarmante de homicídios em determinadas regiões do Estado, entre 2002 e 2003, criou-se o Programa *Fica Vivo!* como proposta de intervenção à essa realidade. Fruto do diálogo entre diferentes representantes de poderes públicos, o Fica Vivo! foi pensado para configurar-se como parte da Política Pública de Prevenção à Criminalidade do Estado de Minas Gerais (LADEIRA; ROCHA, 2009).

O programa encontra-se em expansão, e a quantidade de jovens atendidos e/ou atingidos aumenta a cada ano. Seu objetivo é o da redução/controlar de homicídios nas regiões apontadas pelo estudo do CRISP (Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais) em que os índices de homicídio entre jovens de 12 a 24 anos se apresenta elevado. Com uma atuação multidisciplinar, o Programa concentra-se na construção de um trabalho em rede e em diálogo com os demais equipamentos públicos e instituições do território acessados pelos moradores (MENDES, 2009).

Na prática, o Programa divide seus eixos de atuação em duas vertentes: a proteção social e a intervenção estratégica. Dentro do eixo da Proteção Social, o Programa oferece oficinas para os jovens moradores daquelas comunidades. As oficinas têm cunho artístico, esportivo, cultural e de lazer e são a principal ferramenta do Programa - servem como porta de entrada para jovens envolvidos ou não com a criminalidade, até o programa, além de oferecer novas maneiras de a juventude lidar com a violência (LADEIRA, ROCHA, 2009)

Desta forma, pode-se afirmar que a oferta de oficinas para os jovens estrutura-se em uma intervenção pautada em uma perspectiva de trabalho que se aproxima daquilo que Freud nomeou como sublimação: a transformação do alvo da pulsão em algo valorizado pela cultura (FREUD apud BIRMAN, 2005). É oferecido para os jovens um meio plausível de expressão de sua identidade de um novo lugar, que não daquele assumido nos atos de violência.

Oliveira (2009, p. 205) acrescenta que o espaço da oficina é importante pois propicia “a possibilidade de criar junto aos jovens uma outra regulação, fazer tecer espaços-tempos singu-

lares, traças saídas, fazer funcionar o poder para a construção de saberes que inauguram subjetividades afinadas com a vida ao invés da morte”.

As oficinas podem então, apresentar novas possibilidades, novos olhares, novas oportunidades de autoafirmação e visibilidade a esta juventude invisibilizada, na medida em que oferecem novos e outros conteúdos simbólicos que seriam limitados naqueles contextos (a arte, o esporte, o lazer). O sentimento de pertencimento a outra rede de relações, como no caso do mundo da arte, tem potencial de diminuir o sentimento de pertencimento a uma rede de violências (MARTINS; TELAROLLI apud KOURY, 2004).

Ainda assim, existe uma grande linha divisória e imaginária que permite e barra o acesso de pessoas em determinados lugares públicos, ambientes culturais. Mesmo que os jovens encontrem espaço seja no esporte ou na arte para introduzirem suas próprias produções, ainda existirá aquela parte que lhes será inacessível, reforçando, mais uma vez, o processo segregatório para com esses jovens (OLIVEIRA; SILVA; RODRIGUES, 2006).

O outro eixo de atuação do Programa refere-se à Intervenção Estratégica, que é realizada por órgãos e instituições externas ao Fica Vivo, especificamente, pelos órgãos da Polícia Militar e Civil, através da repressão de focos de criminalidade (MENDES, 2009).

Um ponto dificultador emerge desta vertente de atuação pois a presença da polícia no território vem associada a uma visão pejorativa de policiais repressivos. Com base no pensamento de Mendes (2009), para aqueles jovens que sofrem diariamente a repressão policial, o fato de o trabalho do *FV!*, em alguma instância, ser em conjunto com a PM, pode fazer com que jovens se afastem ou não acessem ao Programa em função de resistência à essa parceria.

Além disso, ainda que o Programa seja aberto para todo o público, jovens residentes na comunidade, o principal objetivo do Fica Vivo! é o acesso a jovens que estão em uma situação mais próxima com a criminalidade (MENDES, 2009). Cabe aqui o questionamento sobre a capacidade de captar especificamente os jovens que já estão envolvidos com a criminalidade, considerando que a presença do Estado no território também emerge como um poder paralelo ao poder do tráfico. Estes jovens, por sua vez, encontram-se perdidos na rede de atendimento dessas comunidades, sendo dificultado o acesso inicial até eles. Os autores afirmam ainda que mesmo que as oficinas tenham potencial de atingir um grande número de jovens residentes das comunidades, ainda não possuem alcance efetivo a esse público (LADEIRA; ROCHA, 2009).

O profissional da psicologia, por sua vez, pode encontrar alguns obstáculos na sua atuação no que se refere ao campo da subjetividade. Isso se dá em função da discrepância entre a constituição do Direito, e da norma jurídica, com o que realmente acontece na prática. O Es-

tado de Direito, tem “a função de regular o que diz respeito ao gozo, através de sua indexação às normas, em sua montagem significativa” (BARROS, 2005, p. 1). Sobretudo, cabe aqui o questionamento: a quem se direciona o direito constitucional? Ele tem o potencial, atualmente, de abranger a todos?

O ditado popular representa a ideia do direito no social: “um direito termina quando começa o do outro”. Barros (2005, p. 2) afirma que “há sempre um modo de vida novo, uma nova forma de gozar. Porém, as ficções jurídicas não visam atender a tal pluralidade de gozos, nomeando-os e fixando-os através da criação infinita de normas jurídicas”. Portanto, o processo de regulamentação do gozo operacionalizado pelas instituições e normas jurídicas, apresenta-se excludente, quando analisada a parcela da população que permanece à margem do Direito sem acesso a recursos básicos que outros grupos sociais usufruem (moradia, segurança, saneamento básico), e que por sua vez manifestam-se na prática como vulnerabilidades sociais.

Nosso cenário político atual estabelece uma linha tênue entre direito e dever civil, em que uma parcela da sociedade permanece de fora, é também invisibilizada, talvez pelo fato de emergir como aquela parte que antes de receber o direito, precisa exercer um dever, o de enquadrar-se e respeitar a norma.

O avanço da regulação social através de processos de normalização funcional das atividades não se fez sem gerar uma multidão de desclassificados e não classificáveis, excluídos dos investimentos do poder e também do gozo do produto social. (BARROS, 2005, p. 2).

Neste ponto emerge a importância e desafio da atuação do psicólogo (a) e da psicanálise em contextos de atendimento e acesso aos invisibilizados, aos excluídos em várias instâncias de setores da sociedade. É preciso alcançar um ponto crucial onde aqueles que não são contemplados pelos direitos sociais apareçam como sujeitos, ao invés de aparecerem como números, índices e dados de óbitos ou violência. É preciso atingir um deslocamento da posição destes jovens no jogo social, para que exista a possibilidade de que o Direito lhes apareça como algo a ser usufruído, como sinônimo de proteção. Senão o direito aparece como um elemento repressor, regulamentador, que só emerge na condição de exigência de deveres a serem cumpridos. Barros (2005, p. 4), discorrendo sobre a ação transgressora de jovens marginalizados, afirma que “na prática, ao tolerar esse barulho, extraímos a exigência de um esforço a mais para escutar o inconsciente. Condição para servir, a qualquer instante que se abra, à produção de um anteparo”.

O papel do (a) psicólogo neste contexto é o de explorar as possibilidades existentes na rede e no Direito para que exista um lugar plausível de inserção desses jovens, em contraposição à exclusão, ao isolamento. É preciso ver, é preciso ouvir, é preciso oferecer visibilidade. É buscar um ponto de convergência nas interseções entre direitos e deveres, de segurança e de repressão: “junto a inúmeros projetos sociais dispostos na rede, para-todos, psicanalistas se oferecem como um objeto na cidade, atentos ao ponto onde o não todo está, visando na disjunção, uma conexão” (BARROS, 2005, p. 4).

Cabe ao psicanalista o intencionalismo de seu desejo, a ser direcionado àquela parte da população que poucos desejam olhar, cuidar, àquela parte que desperta medo e apreensão. Propiciar um espaço de emergência de sujeitos, ao invés de autores de crimes, vítimas de óbitos. Para isto, os (as) psicólogos (as) encontram a sua frente o desafio de superação das incongruências apresentadas pelo Direito, buscando, na rede de serviços disponíveis, portas de acesso e de acolhimento e o estabelecimento de vínculos e parcerias com diversos atores da rede. Na atuação diária, direcionar os esforços para a tentativa de construção de ambientes em que se caiba a diversidade, a subjetividade, a emergência de sujeitos que tenham o direito de antes de mais nada, pertencer a sociedade em que residem (BARROS, 2005).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No cenário da pós-modernidade, do culto ao individualismo e ao consumo, presenciaremos um tempo de valorização do ter. Indivíduos buscam em produtos aquilo que só poderia ser respondido pela ordem do simbólico, pois o ser humano é ser simbólico, ser social. Afastamo-nos de nossos semelhantes e nos aproximamos de inovadoras tecnologias, inanimadas. A valorização e reconhecimento social parecem estar incorporados à capacidade de posse. Afastados de nossos iguais nos tornamos temerosos, receosos, desconfiados. Sentimos medo do outro e armamo-nos de equipamentos de segurança para manter o outro distante.

O outro, temido pela coletividade, tem nome e endereço. Parte da juventude residente de periferias do Brasil apresentam-se nas pesquisas como autores de crimes, homicídios e atos de violência. Mas o que se oculta do outro lado da moeda?

Na mesma medida em que a praticam, esses jovens fazem parte do grupo da população mais vulnerável e exposta à violência. A realidade da juventude negra e residente de áreas periféricas no Brasil, por apresentar altos níveis de vulnerabilidade social e altos índices de homicídios, parecem representar resquícios e semelhanças de tempos aparentemente extintos do genocídio da população negra.

Ainda que a população negra tenha recebido a alforria, marcas da violência contra esse grupo ainda se fazem vivas todos os dias, conforme apontam os dados de violência no país. Homens negros morrem mais, mulheres negras são mais violentadas. Ao se falar de juventude os dados tornam-se mais alarmantes, pois o perfil de quem mais morre no país está bem delimitado: jovens, negros, do sexo masculino, com a faixa etária entre 12-25 anos.

Apesar da realidade nua e crua, estigmas pejorativos são, em longa escala, atribuídos a estes jovens, que são marginalizados todos os dias, seja por veículos midiáticos, seja pela classe média-alta dominante, seja pela própria classe daqueles que estão à margem da sociedade. A compreensão que se tem é de que os jovens que se envolvem com a criminalidade são bandidos, e o consenso popular parece rodear em torno de um ditado popular, que ouvimos com frequência: “bandido bom é bandido morto”.

O entendimento coletivo da associação de jovens negros e residentes de periferias com a marginalidade ofusca a correlação direta da responsabilidade do Estado na disponibilização de direitos básicos de sobrevivência digna, como acesso a moradia, educação, informação e lazer de qualidade. Com base na bibliografia utilizada, observa-se que o envolvimento de jovens com a criminalidade está intrinsecamente relacionado com a convivência e a cultura do meio em que vivem. Meio que muitas vezes se apresentam com recursos e valores simbólicos restritos, ou escassos.

A difusão da imagem pejorativa dos “marginalizados” encobre também a negligência da sociedade no que tange ao reconhecimento destes sujeitos como pertencentes ao país, estado, cidades ou bairro em que vivemos, como parte do todo.

É preciso lidar com a realidade, com dados concretos. E os dados apontam que a juventude negra está morrendo, está sendo injustiçada. É preciso lidar com esse fenômeno, pois um problema de tal magnitude passa a ser um problema social, de responsabilidade de todos aqueles que se consideram parte da sociedade. Para resolução do problema, é necessário primeiramente despir-se de qualquer estigma ou estereótipo preconcebidos e atribuídos a estes jovens, para que seja possível visualizá-los de uma nova ótica, em níveis de igualdade, de semelhança: como seres humanos e nada além disso.

Só assim, com as vendas arrancadas se faz possível a compreensão real da profundidade do envolvimento de jovens com a criminalidade, que resultam em seus óbitos. Só assim, com olhares amplos será possível alterar essa realidade, e iniciar uma luta por justiça e respeito a uma população que vem sendo violentada desde a época em que o Brasil foi colonizado.

Esta é a principal contribuição da psicologia em contextos de violência, de atuação com um público que para muitos, gera medo. Ao contrário do medo se oferece um olhar diferenci-

ado, despido de preconceitos, um olhar que abre portas para a construção de um espaço em que se tenha o direito de ser sujeito, sendo escutado com respeito e dignidade.

Sobre a atuação das Políticas Públicas nestes contextos de violência, fica a proposição, da necessidade de se pensar e re-pensar sobre os impasses encontrados na prática que dificultam o acesso e envolvimento destes jovens com as atividades culturais. O grande desafio diz de um fenômeno de âmbito social, nacional, que envolve a implicação de vários atores da sociedade: a população, as instituições e equipamentos jurídicos, a efetivação da lei na prática de forma democrática e igualitária. A indagação que nasceu durante o desenvolvimento da construção deste trabalho é a de que caminhos são possíveis trilhar para a tentativa de superação do caráter seletivo da efetividade da lei no Brasil? Que lutas são possíveis travar para que os dizeres constitucionais, de fato, contemplem a todos? O mesmo desafio abre-se como leque de possibilidades na medida em que se faça objeto de interesse e atenção do poder público e população.

## REFERÊNCIAS

- BARROS, Fernanda Otoni. Conexão Psicanálise e Direito: uma política para o gozo. **Escola Brasileira de Psicanálise**, 2005. Disponível em: <[http://ebp.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Fernanda\\_Otoni\\_Conexao\\_-\\_psicanalise\\_e\\_direito1.pdf](http://ebp.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Fernanda_Otoni_Conexao_-_psicanalise_e_direito1.pdf)>. Acesso em jun. 2016.
- BIRMAN, Joel. O Mal-Estar na Modernidade e a Psicanálise: a Psicanálise à Prova do Social. **PHYSIS: Revista Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, n. 15, p. 203-224, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v15s0/v15s0a10.pdf>>.
- COSTA, Domingos Barroso da; MOREIRA, Jacqueline de Oliveira. Angústia e declínio da representação: uma leitura psicanalítica do mal-estar na contemporaneidade. **Psicologia & Sociedade**, n. 22 (2), 2010. p. 225-235. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n2/03.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2016.
- DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**. Set/out/nov/dez, n. 24, 2003. p. 40-52. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04>>.
- DIÓGENES, Glória. Enigmas do medo – Juventude, afetos e violência. In: DAYRELL, Juarez; MOREIRA, Maria Ignez C.; STENGEL, Márcia. **Juventudes Contemporâneas – Um mosaico de possibilidades**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2011. p. 209-228.
- FLECHA, Renata Dumont. Modernidade, contemporaneidade e subjetividade. **Sapere Aude**, Belo Horizonte, v.2, n.3, 1º sem., p.28-43, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/2264>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

GOG, Carta à mãe África. **Aviso às Gerações**. Produção: Ariel Feitosa, Diogo Santos. São Paulo: Só Balanço, 2006. 1 CD (ca 62 min). Faixa 5 (5 min 35 s).

GUMES, Nadja Vladi Cardoso. RG Jovem: Culturas Juvenis e a Formação das Identidades Juvenis. In: **XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Belo Horizonte, set., 2003. Disponível em:  
<[http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003\\_NP13\\_gumes.pdf](http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_NP13_gumes.pdf)>.

HOMEM, Maria Lúcia. Entre próteses e prozacs O sujeito contemporâneo imerso na descartabilidade da sociedade de consumo. **Estados Gerais da Psicanálise - Segundo Encontro Mundial**. Rio de Janeiro, 2003.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. A Cultura da Violência e o medo do outro: Observações sobre medos, violência e juventude no Brasil atual. In: **Revista de Antropologia Experimental**, n.4, 2004. p.1-10.

LADEIRA, Joanna Ângelo; ROCHA, Rafael Lacerda Silveira Rocha. **Plano B**. In: OLIVEIRA, Kris Brettas; OLIVEIRA, Gleiber Gomes de. Olhares sobre a prevenção da criminalidade. Instituto Elo: Belo Horizonte, 2009, p. 193-201.

LISPECTOR, Clarisse. **O mineirinho**. Disponível em:  
<<http://contobrasileiro.com.br/mineirinho-conto-de-clarice-lispector/>>. Acesso em: jun. 2016.

MENDES, Igor Adolfo Assaf. **Fica Vivo! Proteção, mobilização e intervenção**. In: OLIVEIRA, Kris Brettas; OLIVEIRA, Gleiber Gomes de. Olhares sobre a prevenção da criminalidade. Instituto Elo: Belo Horizonte, 2009, p. 215-227.

NEVES, Fabiano. **Manual prático da morte – A dimensão da letalidade juvenil**. In: OLIVEIRA, Kris Brettas; OLIVEIRA, Gleiber Gomes de. Olhares sobre a prevenção da criminalidade. Instituto Elo: Belo Horizonte, 2009, p. 175-192.

NOGUEIRA, Marcus Otávio Mariâni. **Processos de subjetivação e controle - alcances e limites de uma intervenção**. In: OLIVEIRA, Kris Brettas; OLIVEIRA, Gleiber Gomes de. Olhares sobre a prevenção da criminalidade. Instituto Elo: Belo Horizonte, 2009, p. 203-211.

OLIVEIRA, Júlia Ribeiro de; SILVA, Lúcia Isabel C.; RODRIGUES, Solange S. Acesso, identidade e pertencimento: relações entre juventude e cultura. In: **Democracia Viva**, Rio de Janeiro, n.30. p.62-65, 2006. Disponível em:  
<[https://www.ibase.br/userimages/ibasenet\\_dv30\\_artigo4.pdf](https://www.ibase.br/userimages/ibasenet_dv30_artigo4.pdf)>.

OLIVEIRA, Maristhela Bergamin de; ROSA, Edinete Maria. Juventude, violência e alteridade. **Temas em Psicologia**, vol. 18, n. 01. Ribeirão Preto, 2010. P. 113-121. Disponível em:  
<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2010000100010](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2010000100010)>.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência – Mortes matadas por armas de fogo**. UNESCO - Brasília, 2015. Disponível em:  
<<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>>. Acesso em: mai. 2016.

ZALUAR, Alba. Juventude e Violência – a complexidade da questão. In: OLIVEIRA, Kris Brettas; OLIVEIRA, Gleiber Gomes de. **Olhares sobre a prevenção da criminalidade**. Instituto Elo: Belo Horizonte, 2009, p. 63-79.